

AGENDA INSTITUCIONAL

2026



Sesc e Senac: Propostas e recomendações para o desenvolvimento social e educacional do Brasil

Sesc e Senac: Propostas e recomendações para o desenvolvimento social e educacional do Brasil



—— Sistema Comércio ——

Sistema CNC-Sesc-Senac

Presidência: **José Roberto Tadros**

Sesc | Serviço Social do Comércio

Departamento Nacional

Direção-Geral: **José Carlos Cirilo**

Diretoria de Saúde, Cultura, Lazer e Assistência: **Diana dos Santos Abreu** (interina)

Diretoria de Educação, Pesquisa e Dados: **Érlei José de Araujo** (interino)

Diretoria de Operações Compartilhadas: **Alan Carlo Lopes Valentim** (interino)

Senac | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Departamento Nacional

Direção-Geral: **Marcus Vinicius Machado Fernandes** (interino)

Diretoria de Educação Profissional: **Anna Beatriz Waehneltd**

Diretoria de Operações Compartilhadas: **Girleeny Viana**

Diretoria de Unidades Pedagógicas: **Marilene da Conceição Siqueira Delgado**

C748a

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Sesc e Senac: propostas e recomendações para o desenvolvimento social e educacional do Brasil. / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. - Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2026.

64 p.: il., color.

1. Desenvolvimento social 2. Educação 3. Brasil. I. Sesc. Serviço Social do Comércio II. Senac. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. III. Título

CDD 303.440981

Bibliotecária Responsável: Luisa Abreu CRB 6758

CNC - Rio de Janeiro

Av. General Justo, 307

CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

www.portaldocomercio.org.br

© Sesc Departamento Nacional, 2026

© Senac Departamento Nacional, 2026

Telefone: (21) 2136-5555

sesc.com.br | dn.senac.br



Sumário

Introdução	6
O Sesc e o Sistema Comércio no desenvolvimento social e educacional do Brasil.....	8
1. Educação	10
1.1 EDUCAÇÃO BÁSICA COMO POLÍTICA DE ESTADO E DIREITO FUNDAMENTAL	11
1.2 EQUIDADE EDUCACIONAL E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES.....	11
1.3 INOVAÇÃO PEDAGÓGICA, TECNOLOGIA, PROGRAMAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	12
1.4 MATERIAL DIDÁTICO, CURRÍCULO E QUALIDADE DA APRENDIZAGEM	13
1.5 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	13
1.6 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURA DE DADOS.....	14
1.7 ENSINO MÉDIO, ITINERÁRIOS FORMATIVOS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	15
1.8 GOVERNANÇA EDUCACIONAL E REDES DE COOPERAÇÃO	16
1.9 EDUCAÇÃO INTEGRAL, LEITURA, CULTURA, CIÊNCIA E BEM-ESTAR.....	17
1.10 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA, ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM.....	18
1.11 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	19
2. Saúde	22
2.1 SAÚDE INTEGRAL	23
2.2 ATENÇÃO BÁSICA E PREVENTIVA	23
3. Cultura.....	26
3.1 PLANO NACIONAL DE CULTURA.....	27
3.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	29

4. Lazer	32
4.1 PANORAMA DO TURISMO SOCIAL NO SESC	33
5. Assistência	36
5.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	37
5.2 VALORIZAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO PRODUTIVA.....	37
5.3 TRABALHO SOCIAL COM PESSOAS IDOSAS.....	38
6. Considerações finais	40
O Senac e a transformação social pelo trabalho.....	42
1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO POLÍTICA DE ESTADO	44
2. MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PNEPT)	46
3. APRENDIZAGEM PROFISSIONAL COMO POLÍTICA PRIORITÁRIA DE INCLUSÃO PRODUTIVA E DE PRIMEIRO EMPREGO DE JOVENS	48
4. FINANCIAMENTO DA EXPANSÃO DA EPT.....	50
5. INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E FUTURO DO TRABALHO	52
6. ATUALIZAÇÃO CURRICULAR E CONEXÃO COM O SETOR PRODUTIVO.....	54
7. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL....	56
8. ALINHAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AOS OBJETIVOS DA AGENDA GLOBAL DA EDUCAÇÃO 2030/2040 OCDE E ONU.....	58
9. Considerações finais	62



Introdução


O Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), integrantes do Sistema Comércio e vinculados à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), atuam como instituições estratégicas para o desenvolvimento do Brasil. Com presença em todos os estados e forte capilaridade territorial, ambas as instituições contribuem diariamente para a promoção da cidadania, da inclusão social, da qualificação profissional, da saúde, da cultura, da educação, do lazer e da geração de oportunidades para milhões de brasileiros.

Ao longo de suas trajetórias, Sesc e Senac consolidaram-se como referências nacionais na execução de políticas e programas voltados ao desenvolvimento humano e à melhoria da qualidade de vida da população. Sua atuação complementar permite responder a desafios estruturais do país, articulando ações que fortalecem tanto a proteção social quanto a inclusão produtiva, contribuindo para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

A experiência acumulada pelas duas instituições, aliada à sua capacidade de inovação, produção de conhecimento e atuação em rede, faz do Sistema Comércio um parceiro estratégico do Estado brasileiro na construção, implementação e aperfeiçoamento de políticas públicas. Em diferentes áreas, como educação básica, educação profissional e tecnológica, saúde, cultura, assistência social, lazer, turismo e desenvolvimento econômico, Sesc e Senac oferecem experiências concretas, metodologias consolidadas e resultados reconhecidos que podem contribuir para o aprimoramento da sociedade.

Em um contexto marcado por profundas transformações tecnológicas, demográficas, ambientais e sociais, o Brasil necessita de políticas públicas capazes de combinar crescimento econômico, inclusão social, inovação e desenvolvimento humano. Nesse sentido, o Sesc e o Senac colocam sua expertise institucional, sua presença nacional e sua capacidade de articulação com o setor produtivo à disposição da construção de soluções que fortaleçam a competitividade do país, ampliem oportunidades para a população e promovam bem-estar social.

As propostas apresentadas neste documento refletem a visão e a experiência de duas instituições que conhecem de perto os desafios e as potencialidades do Brasil. Mais do que recomendações setoriais, representam contribuições para a construção de uma agenda de desenvolvimento que reconhece a educação, a cultura, a saúde, o turismo, a assistência como pilares fundamentais para um país mais justo, produtivo e socialmente inclusivo.



**O Sesc e o
Sistema Comércio
no desenvolvimento
social e educacional
do Brasil**

Há oito décadas, o Serviço Social do Comércio (Sesc), integrante do Sistema Comércio, atua como uma das mais relevantes instituições brasileiras de educação, saúde, cultura, lazer e assistência. Em articulação com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Federações do Comércio e Senac, o Sesc contribui diretamente para o desenvolvimento humano, social e econômico do país.

Presente em todos os estados brasileiros, o Sesc consolidou uma ampla rede educacional voltada à promoção da educação integral, cidadania, cultura, inovação e democratização do acesso ao conhecimento.

Ao longo de sua trajetória, acumulou experiência institucional em Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulando leitura, formação docente, tecnologias digitais, avaliação educacional, gestão escolar e inovação pedagógica.

Nesse contexto, o Sesc apresenta contribuições alinhadas às discussões contemporâneas sobre o novo Plano Nacional de Educação (2026–2036), Novo Ensino Médio, SAEB, ENEM, PNLD, Plano Nacional de Inteligência Artificial, Educação Integral, Conectividade Escolar, Educação Bilíngue, Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e Transformação Digital da Educação Brasileira.

Nesse cenário, torna-se cada vez mais necessário fortalecer políticas educacionais capazes de articular inovação, continuidade institucional e desenvolvimento humano. O fortalecimento da educação básica brasileira exige visão sistêmica, continuidade institucional e capacidade de inovação. O Sistema Comércio, por meio do Sesc e do Senac, possui trajetória histórica de contribuição ao fazer social do país e pode colaborar de forma estratégica com políticas voltadas à inovação educacional, educação integral, formação docente, avaliação, tecnologia educacional, material didático e qualificação da aprendizagem.

No Sesc, a educação é compreendida como um princípio transversal que atravessa todos os seus programas e áreas de atuação. Ela se manifesta não apenas nas escolas e ações formativas, mas nas experiências de saúde, cultura, lazer e assistência, por meio de práticas que estimulam autonomia, convivência, pensamento crítico e cidadania.

Assim, o Sesc reafirma seu compromisso histórico com a educação básica de qualidade e coloca sua experiência institucional, sua presença nacional e sua capacidade de articulação em rede à disposição da construção de soluções educacionais inovadoras, sustentáveis e socialmente transformadoras para o Brasil.



1 Educação

1.1 EDUCAÇÃO BÁSICA COMO POLÍTICA DE ESTADO E DIREITO FUNDAMENTAL

As metas do novo PNE relacionadas à alfabetização, ampliação da educação integral, melhoria da aprendizagem, permanência escolar e fortalecimento do Ensino Médio exigirão forte articulação entre União, estados, municípios e instituições com experiência consolidada em educação.

Defendemos o fortalecimento das metas do novo Plano Nacional de Educação, com ênfase na alfabetização, no letramento e na ampliação da educação integral como pilares estruturantes da aprendizagem e da permanência escolar. Considera-se igualmente necessária a ampliação das estratégias nacionais de recomposição das aprendizagens, especialmente diante dos impactos educacionais acumulados nos últimos anos, articulando currículo, avaliação, formação docente e gestão escolar em uma perspectiva sistêmica e integrada. Nesse contexto, destaca-se a importância da estruturação de modelos de governança educacional colaborativa, capazes de fortalecer a cooperação entre União, estados, municípios e instituições com reconhecida experiência no campo educacional. O país pode, nesse sentido, estimular modelos cooperativos com instituições como o Sesc, especialmente em iniciativas voltadas à educação integral, ao fortalecimento de bibliotecas, à gestão em rede e ao desenvolvimento pedagógico.

1.2 EQUIDADE EDUCACIONAL E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Os resultados do SAEB, PISA e ENEM demonstram profundas desigualdades educacionais associadas à renda, território e vulnerabilidade social.

Defendemos a implementação de um Plano Nacional de Equidade Educacional capaz de enfrentar as desigualdades de aprendizagem associadas à renda, ao território e às diferentes situações de vulnerabilidade social evidenciadas pelos indicadores educacionais brasileiros. Nesse contexto, considera-se fundamental a ampliação do acesso à Educação Infantil de qualidade, o fortalecimento das políticas de permanência escolar e a expansão de programas de recomposição das aprendizagens, especialmente voltados aos estudantes mais impactados

pelas desigualdades estruturais. Também se mostra necessária a construção de estratégias específicas para populações vulneráveis, articulando proteção social, desenvolvimento humano e garantia do direito à educação. Paralelamente, é importante ampliar parcerias que possibilitem a oferta, no contraturno escolar, de atividades de cultura, esporte, leitura, bem-estar e desenvolvimento integral dos estudantes. O Sesc tem desenvolvido experiências exitosas nesse campo em diferentes regiões do país, contribuindo para a ampliação das oportunidades educativas e para o fortalecimento da formação integral.

1.3 INOVAÇÃO PEDAGÓGICA, TECNOLOGIA, PROGRAMAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

As discussões nacionais sobre transformação digital, educação digital e Plano Nacional de Inteligência Artificial demonstram que o Brasil precisará ampliar significativamente a formação tecnológica de estudantes e professores.

Defendemos a ampliação da conectividade e da infraestrutura tecnológica nas escolas brasileiras como condição essencial para a democratização do acesso ao conhecimento e para a redução das desigualdades educacionais no contexto da transformação digital. Considera-se igualmente estratégico o fortalecimento de plataformas adaptativas e de ambientes digitais de aprendizagem capazes de apoiar processos pedagógicos mais personalizados, dinâmicos e integrados às novas formas de produção e circulação do conhecimento. Nesse cenário, torna-se fundamental incorporar programação educacional, pensamento computacional e inteligência artificial aos currículos, promovendo o desenvolvimento de competências compatíveis com as exigências contemporâneas da vida social e do mundo do trabalho. Também se destaca a importância do uso pedagógico da inteligência artificial e de ferramentas de analytics educacional como instrumentos de apoio à aprendizagem, ao acompanhamento pedagógico e à tomada de decisão educacional. Paralelamente, a ampliação de metodologias ativas, cultura maker e aprendizagem baseada em projetos contribui para o fortalecimento da autonomia, da criatividade e da resolução de problemas pelos estudantes. Para que esse processo se consolide de forma qualificada e sustentável, é indispensável investir na formação de professores para atuação em cultura digital e tecnologias emergentes. O país pode, nesse sentido, estimular cooperações voltadas à implantação de plataformas educacionais, sistemas digitais de aprendizagem, laboratórios de inovação e programas de educação tecnológica em larga escala.

1.4 MATERIAL DIDÁTICO, CURRÍCULO E QUALIDADE DA APRENDIZAGEM

As discussões sobre PNLD, Novo Ensino Médio, recomposição das aprendizagens e competências do século 21 reforçam a necessidade de modernização das políticas de material didático.

Defendemos a modernização das políticas de material didático, de modo a contemplar as transformações educacionais, tecnológicas e sociais que atravessam o processo de ensino e aprendizagem contemporâneo. Nesse contexto, considera-se estratégica a ampliação da oferta de materiais híbridos e digitais, integrados a plataformas educacionais e instrumentos de avaliação capazes de apoiar práticas pedagógicas mais dinâmicas, personalizadas e conectadas às competências do século 21. Também se destaca a importância da produção de referenciais e materiais voltados à educação socioemocional e à educação empreendedora, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o fortalecimento de competências relacionadas à autonomia, colaboração, criatividade e resolução de problemas. Paralelamente, torna-se necessário ampliar conteúdos direcionados à programação, inteligência artificial e cultura digital, alinhando a formação escolar às novas demandas da sociedade contemporânea. O incentivo à produção de materiais bilíngues e multilíngues também se mostra relevante para ampliar oportunidades educacionais, fortalecer competências comunicacionais e promover maior inserção em contextos globais. O fortalecimento de parcerias voltadas à produção de materiais didáticos, conteúdos digitais, plataformas e soluções educacionais integradas pode contribuir significativamente para a melhoria da aprendizagem e para a qualificação das políticas educacionais brasileiras.

1.5 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O novo cenário educacional exige profissionais preparados para atuar com metodologias contemporâneas, educação socioemocional, tecnologias digitais, avaliação por competências e inovação pedagógica.

Defendemos a consolidação de uma Política Nacional de Formação Docente capaz de responder aos desafios contemporâneos da educação brasileira, articulando inovação pedagógica, desenvolvimento humano e transformação digital. Nesse contexto, considera-se fundamental ampliar as ações de formação continuada voltadas às tecnologias digitais, à inteligência artificial, à educação digital e às metodologias ativas, de modo a fortalecer práticas pedagógicas mais dinâmicas, inclusivas e conectadas às novas demandas educacionais. Também se destaca a importância da formação para educação bilíngue e desenvolvimento de competências globais, ampliando a preparação dos estudantes para contextos sociais, culturais e profissionais cada vez mais interconectados. Paralelamente, torna-se estratégico investir no desenvolvimento de lideranças escolares e na consolidação de comunidades colaborativas de aprendizagem, capazes de fortalecer a troca de experiências, a inovação institucional e a construção coletiva de soluções pedagógicas. Reafirma-se, ainda, a necessidade de valorização do professor como produtor de conhecimento pedagógico e agente central da transformação educacional. Nesse sentido, programas cooperativos de formação continuada, comunidades de prática e iniciativas voltadas ao desenvolvimento de lideranças podem contribuir significativamente para o fortalecimento das redes educacionais brasileiras.

1.6 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURA DE DADOS

As avaliações nacionais precisam avançar para modelos mais integrados de diagnóstico, acompanhamento e tomada de decisão pedagógica.

Defendemos a ampliação das avaliações diagnósticas e formativas como instrumentos fundamentais para o acompanhamento contínuo da aprendizagem e para o fortalecimento da tomada de decisão pedagógica baseada em evidências. Nesse contexto, considera-se estratégico consolidar uma cultura de monitoramento da aprendizagem capaz de integrar avaliação, currículo e formação docente em uma perspectiva sistêmica e orientada à melhoria da qualidade educacional. Também se destaca a importância do desenvolvimento de ações voltadas à preparação dos estudantes para o acesso ao Ensino Superior, articulando acompanhamento pedagógico, orientação educacional e fortalecimento das trajetórias escolares. Paralelamente, torna-se necessário investir na construção de painéis gerenciais e pedagógicos que qualifiquem os processos de gestão escolar e permitam maior acompanhamento dos indicadores educacionais em diferentes níveis. O uso de

dados educacionais para personalização da aprendizagem também representa importante instrumento de apoio ao desenvolvimento dos estudantes, favorecendo intervenções pedagógicas mais precisas e adequadas às diferentes realidades de aprendizagem. Nesse sentido, o país deve incentivar soluções integradas de avaliação educacional, monitoramento pedagógico e devolutivas em tempo real, fortalecendo os processos de gestão, acompanhamento e qualificação das redes educacionais brasileiras.

1.7 ENSINO MÉDIO, ITINERÁRIOS FORMATIVOS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As discussões sobre o Novo Ensino Médio reforçam a necessidade de modelos educacionais mais conectados ao mundo do trabalho, à inovação e ao desenvolvimento econômico.

Defendemos o fortalecimento de modelos de Ensino Médio articulados à educação profissional, capazes de aproximar a formação escolar das transformações do mundo do trabalho, da inovação e das demandas do desenvolvimento econômico contemporâneo. Nesse contexto, considera-se fundamental promover o desenvolvimento de competências digitais, empreendedoras e socioemocionais, ampliando a preparação dos estudantes para contextos profissionais, sociais e tecnológicos cada vez mais dinâmicos e complexos. Também se destaca a importância da ampliação de itinerários formativos relacionados ao comércio de bens, serviços, turismo e inovação, contribuindo para maior alinhamento entre educação, vocações territoriais e desenvolvimento regional. Paralelamente, torna-se estratégica a integração entre educação, empreendedorismo e desenvolvimento regional como forma de ampliar oportunidades econômicas, fortalecer arranjos produtivos locais e estimular trajetórias profissionais mais conectadas às realidades dos territórios. Reafirma-se, ainda, a necessidade de incentivar o protagonismo juvenil, promovendo maior autonomia, participação e construção de projetos de vida pelos estudantes. Nesse sentido, parcerias entre instituições educacionais e organizações com experiência em educação e formação profissional podem contribuir significativamente para a ampliação das oportunidades oferecidas aos jovens brasileiros.

1.8 GOVERNANÇA EDUCACIONAL E REDES DE COOPERAÇÃO

A melhoria sistêmica da educação brasileira exige estruturas robustas de governança e cooperação.

Defendemos a estruturação de modelos de governança educacional em rede capazes de fortalecer a cooperação entre diferentes atores institucionais e promover maior integração, eficiência e continuidade nas políticas educacionais brasileiras. Nesse contexto, considera-se estratégica a articulação entre gestão pedagógica, tecnologia, avaliação e formação docente, permitindo a construção de processos educacionais mais conectados, consistentes e orientados à melhoria da aprendizagem. Também se destaca a importância do desenvolvimento de ecossistemas educacionais integrados, capazes de reunir plataformas, sistemas acadêmicos, acompanhamento pedagógico, avaliação educacional e materiais didáticos em uma lógica sistêmica e interoperável. Paralelamente, torna-se fundamental incentivar o compartilhamento de boas práticas e soluções inovadoras entre redes, instituições e gestores educacionais, fortalecendo a circulação de experiências exitosas e a construção coletiva de conhecimento pedagógico. Reafirma-se, ainda, a necessidade de ampliação de programas de apoio técnico às redes de ensino, contribuindo para a qualificação da gestão educacional em diferentes territórios e realidades. As políticas educacionais contemporâneas demandam, nesse sentido, estruturas robustas de cooperação e governança capazes de integrar tecnologias, processos pedagógicos e sistemas de acompanhamento em escala nacional.

1.9 EDUCAÇÃO INTEGRAL, LEITURA, CULTURA, CIÊNCIA E BEM-ESTAR

A formação integral deve considerar dimensões cognitivas, culturais, emocionais e sociais do desenvolvimento humano.

Defendemos a consolidação da educação integral como política pública estruturante, compreendendo o desenvolvimento humano em suas dimensões cognitivas, culturais, emocionais e sociais. Nesse contexto, considera-se fundamental fortalecer as bibliotecas escolares e as práticas de leitura como instrumentos essenciais para a formação crítica, ampliação do repertório cultural e desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. Também se destaca a importância da ampliação de programas de mediação leitora e da elaboração de iniciativas voltadas à educação socioemocional no ambiente escolar, contribuindo para o fortalecimento das relações interpessoais, da convivência e do bem-estar nas comunidades educativas. Paralelamente, torna-se estratégica a integração entre educação, cultura, saúde, lazer, assistência e currículo escolar, promovendo experiências formativas mais amplas, conectadas às diferentes dimensões da vida social e às necessidades contemporâneas da infância e da juventude. Reafirma-se, ainda, a necessidade de promover ações voltadas à saúde mental, ao bem-estar e à cultura da paz nas escolas, diante dos desafios sociais e emocionais presentes no contexto educacional brasileiro. Também se mostra relevante ampliar o acesso dos estudantes a experiências culturais e educativas, bem como a espaços de fruição científica e encantamento pelas ciências, fortalecendo a curiosidade, a criatividade e o interesse pela produção de conhecimento. Nesse sentido, a ampliação de parcerias voltadas às bibliotecas, à mediação leitora, às atividades culturais, esportivas e às ações complementares no contraturno escolar pode contribuir diretamente para a permanência, o desenvolvimento integral e a ampliação das oportunidades educativas dos estudantes.

1.10 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA, ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

A consolidação de uma educação inclusiva e equitativa exige políticas estruturantes voltadas à eliminação de barreiras pedagógicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais, assegurando o pleno acesso, participação, permanência e aprendizagem dos estudantes-público da Educação Especial.

Defendemos o fortalecimento das políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva como elemento fundamental para a consolidação de uma educação equitativa, democrática e comprometida com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, considera-se estratégico fomentar a implementação do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) nas redes de ensino, promovendo práticas pedagógicas mais flexíveis, acessíveis e capazes de contemplar diferentes formas de participação, expressão e construção do conhecimento. Também se destaca a importância da ampliação da acessibilidade pedagógica, comunicacional e tecnológica nas escolas, assegurando condições efetivas de acesso, permanência e participação dos estudantes-público da Educação Especial em todas as etapas e modalidades da educação básica. Paralelamente, torna-se necessário ampliar a disponibilização de recursos, serviços e apoios especializados voltados ao atendimento das necessidades específicas dos estudantes, bem como incentivar a produção e circulação de materiais didáticos acessíveis em múltiplos formatos, incluindo Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), Braille, audiodescrição, Libras, linguagem simples e recursos digitais acessíveis. Reafirma-se, ainda, a importância da formação continuada de professores e equipes pedagógicas para atuação em práticas educacionais inclusivas, fortalecendo a construção de estratégias pedagógicas personalizadas que promovam equidade, autonomia e participação de todos os estudantes nos processos de aprendizagem. Também se mostra fundamental promover a acessibilidade nas avaliações em larga escala realizadas pelos governos federal, estaduais e municipais, com a disponibilização de provas em múltiplos formatos acessíveis e compatíveis com as diferentes necessidades dos estudantes, incluindo recursos de Braille, Libras, audiodescrição, linguagem simples, Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), tecnologias assistivas e adaptações pedagógicas adequadas. Nesse sentido, o país pode ampliar cooperações institucionais voltadas ao desenvolvimento de materiais acessíveis, tecnologias assistivas, formação docente, inovação pedagógica inclusiva e fortalecimento de redes de apoio à educação inclusiva.

1.11 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Equidade, cidadania, inclusão e qualificação para o mundo do trabalho

A Educação de Jovens e Adultos é política pública essencial ao desenvolvimento nacional, à redução das desigualdades e à garantia do direito à educação ao longo da vida. Com dezenas de milhões de brasileiros sem escolarização básica completa, a EJA representa uma das mais urgentes frentes de investimento do Estado brasileiro, articulando cidadania, qualificação profissional e inclusão produtiva como dimensões indissociáveis de um projeto de país mais justo e soberano.

Defendemos a revisão e o fortalecimento da política nacional de Educação de Jovens e Adultos (EJA), assegurando financiamento estável, metas progressivas vinculadas ao Plano Nacional de Educação e um regime efetivo de colaboração federativa entre União, estados e municípios. Considera-se igualmente fundamental reestruturar as estratégias de permanência e reengajamento escolar, por meio de novos modelos de busca ativa capazes de alcançar jovens e adultos afastados da escola, especialmente em territórios vulneráveis, reconhecendo os obstáculos estruturais que historicamente comprometem suas trajetórias educacionais. Nesse contexto, destaca-se a importância da ampliação de políticas de apoio relacionadas à alimentação, transporte, conectividade e estratégias de cuidado voltadas a estudantes trabalhadores e responsáveis familiares.

Também se mostra estratégica a integração orgânica entre EJA e educação profissional, criando percursos formativos que articulem qualificação para o trabalho e conclusão da escolarização básica, promovendo inserção mais rápida, segura e digna no mundo do trabalho. Paralelamente, torna-se necessário adotar propostas pedagógicas que respeitem os saberes, as trajetórias de vida e as especificidades dos sujeitos da EJA, articulando competências cognitivas, socioemocionais e culturais em consonância com referenciais curriculares contemporâneos, além da implementação de mecanismos adequados de reconhecimento e certificação de saberes adquiridos ao longo da vida, do trabalho e da participação social.

Defendemos, ainda, a expansão da oferta da EJA por meio de modalidades híbridas e a distância, ampliando o alcance territorial da política e assegurando maior flexibilidade de tempo e espaço para estudantes trabalhadores, com garantia de qualidade pedagógica, infraestrutura digital adequada e suporte contínuo ao estudante. Reafirma-se também a importância da valorização e da formação continuada dos educadores da EJA, contemplando abordagens

andragógicas, competências digitais e práticas pedagógicas contextualizadas à diversidade de perfis, idades e territórios atendidos.

Por fim, considera-se essencial fortalecer políticas integradas de alfabetização, elevação da escolaridade e continuidade formativa ao longo da vida, assegurando trajetórias educacionais articuladas desde a alfabetização até a conclusão da Educação Básica, bem como o acesso permanente a oportunidades de formação cultural, profissional, tecnológica e cidadã. O Brasil tem, nesse sentido, a oportunidade de recolocar a EJA no centro de sua agenda educacional, reconhecendo-a não como política residual, mas como vetor estratégico de desenvolvimento humano, inclusão produtiva e redução das desigualdades históricas.



2

Saúde

2.1 SAÚDE INTEGRAL

O bem-estar como força para o desenvolvimento

A promoção do bem-estar social, por meio de ações educativas e assistenciais, contribui para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e da coletividade, fortalecendo vínculos sociais, autonomia e desenvolvimento humano. Nesse contexto, torna-se cada vez mais relevante ampliar o olhar sobre a saúde dos trabalhadores, especialmente diante das transformações nas dinâmicas sociais e do trabalho.

Dados recentes do setor do comércio de bens, serviços e turismo reforçam essa reflexão. Segundo o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, no comércio varejista de mercadorias em geral, os afastamentos previdenciários por motivos não relacionados ao trabalho cresceram 37,9% entre 2023 e 2024, enquanto os benefícios relacionados ao adoecimento em decorrência do trabalho apresentaram aumento de 5,7% no mesmo período, evidenciando impactos importantes sobre a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores.

A promoção da saúde integral também se fortalece por meio do acesso ao lazer, à educação, à assistência social, à cultura, ao esporte, ao turismo e às experiências de convivência, incidindo positivamente sobre a qualidade de vida e a adoção de hábitos mais saudáveis.

Defendemos, nesse sentido, iniciativas integradas e de caráter educativo mostram-se fundamentais para ampliar as condições de desenvolvimento humano e social.

Reiteramos, assim, que a diretriz de um trabalho voltado ao bem-estar social deve ser eminentemente educativa e intersetorial, contribuindo para que os indivíduos alcancem seus objetivos pessoais, exercendo plenamente suas potencialidades de maneira autônoma e participativa.

2.2 ATENÇÃO BÁSICA E PREVENTIVA

O fortalecimento da atenção básica e das ações preventivas em saúde representa um dos principais caminhos para ampliar a qualidade de vida da população, reduzir desigualdades e promover desenvolvimento social e econômico sustentável. O avanço das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e dos transtornos mentais tem produzido

impactos crescentes sobre os indivíduos, as famílias, os sistemas de proteção social e a produtividade do país, reforçando a necessidade de ampliar estratégias de promoção da saúde e prevenção de agravos ao longo da vida.

Atualmente, as DCNT representam o principal desafio sanitário e econômico para os sistemas de saúde. No Brasil, essas condições já respondem por cerca de 71% dos anos de vida perdidos por incapacidade ou morte prematura e por 86,7% dos anos vividos com incapacidade. Entre os fatores de maior preocupação, destaca-se o crescimento expressivo da obesidade, condição reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um dos mais graves problemas de saúde pública contemporâneos. No Brasil, a incidência da obesidade aumentou 72% nos últimos treze anos, passando de 11,8% em 2006 para 20,3% em 2019.

A saúde mental também emerge como tema prioritário. Em 2024, o Brasil registrou mais de 472 mil afastamentos laborais por transtornos mentais, maior número da série histórica, com destaque para casos relacionados à ansiedade, depressão e burnout. O cenário evidencia os impactos das transformações sociais e das relações de trabalho sobre o bem-estar físico, emocional e social da população trabalhadora.

Nesse contexto, as ações preventivas e de atenção básica mostram-se estratégicas para a identificação precoce de fatores de risco, acompanhamento contínuo e promoção de hábitos de vida mais saudáveis. Evidências internacionais apontam que cada US\$ 1 investido em prevenção e manejo estruturado das DCNT pode gerar retorno médio de US\$ 7 em produtividade, redução de gastos e bem-estar social.

Defendemos, assim, como prioritário o fortalecimento de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos ao longo dos diferentes ciclos de vida, atuando de forma integrada na identificação e no controle de fatores de risco relacionados às doenças crônicas, aos transtornos mentais e às demais condições que impactam a qualidade de vida da população. Reafirmamos nosso papel enquanto sujeito transformador para a mobilização social no que tange ao alcance dos objetivos de melhoria das condições de saúde e qualidade de vida, com especial atenção a temas relacionados às doenças e agravos que impactam o curso de vida da população brasileira.



3

Cultura

3.1 PLANO NACIONAL DE CULTURA

O Projeto de nº Lei 5.894/2025, que institui o Plano Nacional de Cultura para o decênio 2025-2035 encontra-se em tramitação, aguardando aprovação definitiva pelo Congresso. O Plano visa instituir o planejamento decenal da política cultural brasileira, sucedendo o marco estabelecido pela Lei nº 12.343/2010, cuja validade, a expirar em 2020, foi prorrogada até 2024.

O novo PNC propõe uma organização estruturada em princípios, diretrizes e oito eixos estratégicos – entre os quais se destacam gestão e participação social, fomento à cultura, formação, patrimônio e memória, economia da cultura, cultura digital, infraestrutura e cultura associada ao bem viver e às questões ambientais – que, de forma articulada, orientam a atuação do poder público na superação de desigualdades e na ampliação do acesso às políticas culturais.

Trata-se de instrumento estratégico previsto constitucionalmente, que reafirma a cultura como direito fundamental e estabelece diretrizes, objetivos e mecanismos de governança capazes de conferir estabilidade, continuidade e integração às políticas culturais no país. O PNC estrutura e dá sustentação ao Sistema Nacional da Cultura, informalmente conhecido como SUS da Cultura, pois se inspira na lógica de coordenação federativa do Sistema Único de Saúde. Mais especificamente, ele preconiza uma organização da política pública descentralizada, permanente, com participação social, com regras estáveis de planejamento e financiamento, e pactuada entre União, estados e municípios.

Assim, o PNC destaca a responsabilidade constitucional do Estado de preservar e valorizar as tradições, expressões e manifestações culturais, a partir de políticas abrangentes, transversais e capilarizadas, compreendendo que o setor cultural precisa ser estruturado, regulado e consolidado, de modo que a execução dessas ações ultrapasse as gestões pontuais de governos ou de partidos para que se configurem como políticas de Estado.

Essa orientação representa um avanço significativo em relação à fragmentação histórica das políticas culturais, ao estabelecer bases para uma gestão contínua, descentralizada e integrada. Fortalecendo a capacidade de planejamento e execução nos territórios, o Plano cria condições objetivas para a ampliação da diversidade de agentes culturais envolvidos na produção, difusão e fruição de bens simbólicos, favorecendo o protagonismo local e a emergência de novos sujeitos culturais.

Nesse contexto, evidencia-se a forte convergência entre o PNC e os referenciais institucionais do Sesc, em especial suas Diretrizes Gerais de Ação e sua Política Cultural. As Diretrizes Gerais afirmam o caráter eminentemente educativo e transformador da ação

institucional, situando a cultura como espaço privilegiado de formação, desenvolvimento de valores e construção de uma sociedade mais justa, democrática e qualificada. A Política Cultural do Sesc, por sua vez, estabelece os direitos culturais e a diversidade como princípios estruturantes de sua atuação, orientando suas ações à ampliação do acesso, à valorização das expressões culturais e à mediação entre produção e sociedade.

A adoção de políticas culturais territorializadas, conforme preconizado pelo Plano, tende a fortalecer e otimizar a atuação do Sesc em todo o país. Ao ampliar a base de agentes culturais, diversificar a produção e fortalecer as estruturas locais de gestão cultural, o PNC cria um ambiente mais dinâmico e capilarizado para a atuação institucional. Nesse cenário, iniciativas do Sesc voltadas à formação, à difusão e à circulação cultural, como os projetos nacionais Palco Giratório, Sonora Brasil, ArteSesc e Arte da Palavra, entre outros, passam a operar em maior sinergia com os contextos locais, potencializando seus resultados e ampliando seu alcance social. A presença de uma rede pública estruturada e articulada de políticas culturais favorece, ainda, o desenvolvimento de ações formativas mais consistentes, permitindo o surgimento e a consolidação de novos artistas, produtores e coletivos culturais, em consonância com as diretrizes de estímulo à criação, à experimentação e ao diálogo com os públicos estabelecidas pela Política Cultural do Sesc.

Além de seus efeitos sociais e simbólicos, esse processo está diretamente associado à dimensão econômica da cultura. Estudo recente realizado pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Ministério da Cultura evidencia de forma inequívoca o papel estratégico da cultura no desenvolvimento nacional. Em 2024, os projetos apoiados pela Lei Rouanet movimentaram aproximadamente R\$ 25,7 bilhões na economia brasileira, considerando efeitos diretos e indiretos. Esse impacto resultou na geração ou manutenção de mais de 228 mil postos de trabalho e na arrecadação de cerca de R\$ 3,9 bilhões em tributos, distribuídos entre União, estados e municípios.

Adicionalmente, o índice de alavancagem econômica demonstra que, para cada R\$ 1,00 investido em cultura, são gerados R\$ 7,59 na economia, evidenciando o elevado retorno multiplicador do investimento cultural. Esses dados são particularmente relevantes ao demonstrar que a cultura não deve ser compreendida como despesa, mas como vetor de dinamização econômica, geração de renda e indução ao desenvolvimento local. A própria estrutura de execução dos projetos revela forte capilaridade econômica, com ampla participação de micro e pequenas empresas e distribuição territorial dos recursos, reforçando o papel da cultura na ativação de cadeias produtivas e na redução de desigualdades regionais.

Adicionalmente, o fortalecimento da gestão federativa proposto pelo PNC encontra correspondência direta no modelo organizacional estabelecido pelo Regulamento do Sesc, especialmente no que tange às atribuições de seu Departamento Nacional, responsável por orientar, ofertar diretrizes e projetos estratégicos, e dos Departamentos Regionais, com autonomia para gestão e execução das ações no âmbito de suas realidades territoriais. Trata-se, portanto, de uma lógica de gestão descentralizada com coordenação estratégica, análoga àquela preconizada pelo Sistema Nacional de Cultura.

A partir desse modelo institucional e de sua atuação em rede, de caráter descentralizado e capilarizado, constitui-se uma das maiores estruturas privadas de promoção cultural do país. O Sesc está presente em todos os estados brasileiros, alcançando mais de 2 mil municípios por meio de suas unidades fixas, móveis e ações territoriais, o que evidencia sua capacidade de interiorização e democratização do acesso cultural. Essa presença se materializa em uma ampla rede de equipamentos – como teatros, galerias, bibliotecas, museus e centros culturais – que sustentam uma programação diversificada e contínua, com alcance expressivo de públicos em todo o território nacional.

Defendemos, diante do exposto, que a aprovação e a implementação do novo Plano Nacional de Cultura devem ser entendidas como medidas estratégicas para o fortalecimento das políticas culturais brasileiras e para a consolidação de um modelo de gestão pública mais eficiente, democrática e territorializada. Para o Sesc, a implementação do PNC representa não apenas alinhamento institucional, mas uma oportunidade concreta de ampliação de sua eficácia social, ao permitir o desenvolvimento de ações culturalmente mais relevantes, territorialmente enraizadas e socialmente inclusivas, em consonância com seus princípios orientadores e com sua missão de promoção do bem-estar e do desenvolvimento humano por meio da cultura.

3.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O patrimônio histórico e cultural constitui um vetor estratégico de desenvolvimento social, econômico e humano, sendo reconhecido, à luz da Constituição Federal de 1988, como o conjunto de bens materiais e imateriais que expressam as referências culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Isso inclui formas de expressão, saberes, modos de criar, fazer e viver, assim como festas, feiras, criações científicas e artísticas, além de objetos históricos, documentos, livros, museus, edifícios, monumentos, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Trata-se de um patrimônio presente no cotidiano das pessoas, nas cidades, nos conhecimentos e nas tradições, sendo preservado e transmitido entre gerações.

Assim, cuidar do patrimônio cultural é também fortalecer as condições de vida das populações que o produzem e o mantêm, contribuindo para o desenvolvimento integral dos indivíduos e das coletividades. As ações de salvaguarda, educação patrimonial e difusão cultural, conduzidas de forma participativa e integrada aos territórios, geram oportunidades de aprendizagem, inovação, trabalho e renda, ao mesmo tempo em que promovem pertencimento, coesão social e bem-estar. Essa abordagem dialoga diretamente com a missão institucional do Sesc de promover ações socioeducativas voltadas à melhoria da qualidade de vida e à construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Desde 2016, o Sesc incluiu, no Plano de Ações Prioritárias do Departamento Nacional, a criação e o desenvolvimento da área de Patrimônio e Cultura, consolidando sua atuação em museus, centros de memória, na valorização e preservação de manifestações artísticas e populares, em ações de educação patrimonial e na gestão de prédios históricos transformados em espaços de difusão de conhecimento, memória e convivência. Essa iniciativa resultou no mapeamento das ações, espaços e acervos de patrimônio cultural geridos pela instituição, contemplando projetos realizados, espaços físicos tombados e acervos museológicos e artísticos.

O *Plano Estratégico do Sesc 2022–2026*, por sua vez, reforça a centralidade da sustentabilidade, da atuação em rede, da valorização da diversidade e da qualificação das ações finalísticas. Nesse contexto, o patrimônio cultural afirma-se como campo privilegiado de atuação integrada ao articular cultura, educação, lazer, turismo, assistência e desenvolvimento territorial, ampliando o alcance e o impacto social das ações. Ao mesmo tempo, fortalece o reconhecimento do Sesc como agente relevante no campo das políticas culturais, em diálogo permanente com o poder público e a sociedade civil.

Do ponto de vista econômico, estudos recentes evidenciam que os investimentos em cultura, memória e patrimônio geram efeitos multiplicadores significativos, contribuindo para a dinamização da economia criativa, o fortalecimento do turismo e a geração de emprego e renda. Mais do que seu retorno econômico, contudo, o valor do patrimônio cultural reside em sua capacidade de articular dimensões simbólicas, sociais e econômicas, exigindo gestão integrada, contínua e compartilhada entre Estado, iniciativa privada e sociedade. Tal entendimento converge com os debates contemporâneos sobre financiamento da cultura no Brasil, que apontam para a necessidade de maior equilíbrio regional, fortalecimento dos instrumentos públicos e ampliação da participação social na gestão cultural.

Nesse cenário, o Sesc reafirma sua atuação nacional e em rede, bem como seu compromisso com a construção de parcerias institucionais, cooperações técnicas e articulações intersetoriais que potencializem a preservação e o uso social do patrimônio cultural. A instituição desenvolve ações estruturadas no campo da memória social e do patrimônio, incluindo projetos de educação patrimonial e valorização das referências culturais nos territórios, em diálogo com detentores de saberes e comunidades locais. Também apoia estrategicamente processos de revitalização urbana por meio de projetos culturais que unem preservação e uso social, como a restauração de prédios históricos, criação de museus, centros culturais e teatros, além da realização de eventos. Essas iniciativas refletem a compreensão de que o patrimônio cultural deve ser acessível, compartilhado e continuamente ressignificado por meio de processos de mediação cultural e participação social.

A defesa de uma economia do patrimônio cultural baseada na diversidade, sustentabilidade e inclusão social está alinhada às diretrizes de organismos internacionais, como a Unesco, e às políticas nacionais conduzidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural e do Sistema Nacional de Museus. Essa perspectiva também dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente a meta 11.4, que orienta a proteção e salvaguarda do patrimônio como elemento essencial para cidades e comunidades sustentáveis.

Defendemos, diante disso, o fortalecimento das políticas públicas de patrimônio cultural, com ênfase na gestão compartilhada, na articulação federativa e na integração de sistemas de informação, planejamento e monitoramento. Nesse âmbito, destacamos a importância da participação institucional em instâncias como o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural e o Sistema Nacional de Museus, o que pode ampliar a cooperação, qualificar a atuação em rede e contribuir para a formulação e implementação de políticas estruturantes em escala nacional.

Por fim, reafirmamos que investir no patrimônio cultural é investir nas pessoas, nos territórios e no futuro, consolidando-o como força motriz do desenvolvimento sustentável. A atuação do Sesc, orientada por seus marcos institucionais, evidencia que a cultura – e, em particular, o patrimônio cultural – é elemento central para a promoção do bem-estar social, da cidadania e da democracia, configurando-se como campo estratégico para a construção de uma sociedade mais inclusiva, plural e equilibrada.



4

Lazer

4.1 PANORAMA DO TURISMO SOCIAL NO SESC

O Turismo Social é reconhecido internacionalmente como uma prática orientada pela democratização do acesso às experiências turísticas, com foco na inclusão, no bem-estar e no desenvolvimento sociocultural. Criada em 1963, a Organização Internacional de Turismo Social (ISTO) preconiza iniciativas que contribuam, de forma justa e sustentável, para um maior acesso a férias e atividades turísticas para todos, princípio que encontra plena ressonância na missão institucional do Sesc.

No Brasil, o Sesc consolida-se como referência nacional na promoção do Turismo Social, desenvolvendo ações que concretizam oportunidades de vivências de lazer para os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, seus dependentes e, de forma complementar, para o público em geral. Essas ações têm como pressupostos a valorização dos indivíduos, do meio ambiente e da cultura local, promovendo a democratização do acesso à atividade turística com excelência, responsabilidade social e intencionalidade educativa.

O Turismo Social desenvolvido pelo Sesc vai além do deslocamento e do lazer, atuando como ferramenta de inclusão, valorização da diversidade, fortalecimento dos vínculos sociais e estímulo ao desenvolvimento local e regional. Ao incorporar dimensões educativas e culturais às programações, por meio da valorização do patrimônio e das comunidades receptoras, a instituição contribui para a formação cidadã e para a ampliação do acesso a experiências significativas. Com ampla capilaridade nacional e trajetória consolidada na área, o Sesc fortalece territórios, dinamiza economias locais e amplia o acesso ao turismo e ao lazer.

Os benefícios do Turismo Social extrapolam a experiência individual do viajante e se traduzem em impactos sociais e econômicos relevantes em âmbito nacional. A atividade contribui para a geração de emprego e renda ao longo de toda a cadeia produtiva do turismo, como transporte, alimentação, hospedagem, guias, artesanato e comércio local, especialmente em destinos fora do eixo tradicional, promovendo a desconcentração dos fluxos turísticos e o desenvolvimento de regiões com menor visibilidade no mercado convencional. No plano social, fortalece a autoestima, a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores, amplia sua participação cultural e seu senso de pertencimento, e contribui para a valorização do patrimônio material e imaterial e para a construção de uma sociedade mais coesa e solidária.

Defendemos, diante desse cenário, que se torna fundamental fortalecer estratégias e políticas públicas que reconheçam o lazer como direito social, conforme assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nesse contexto, o Turismo Social se apresenta como importante instrumento de efetivação desse direito, ao ampliar o acesso da população às experiências de lazer, cultura, descanso, convivência e conhecimento do território. Reafirmamos, ainda, a importância da incorporação dos princípios do turismo responsável e solidário nas políticas públicas de turismo, garantindo acessibilidade, sustentabilidade e protagonismo das comunidades locais em toda a cadeia produtiva.



5 Assistência

5.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Programa Sesc Mesa Brasil

O Brasil voltou ao mapa da fome nos últimos anos, evidenciando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de ampliação das redes de proteção social. Apesar dos avanços históricos promovidos pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e por programas como o PAA e o Plano Brasil Sem Fome, o país ainda convive com profundas desigualdades no acesso à alimentação adequada e saudável.

Nesse contexto, o Sesc Mesa Brasil consolidou-se como uma das principais redes privadas de combate à fome e ao desperdício de alimentos no país, articulando empresas doadoras, instituições sociais e ações socioeducativas em todos os estados brasileiros. Além da distribuição de alimentos, o Programa atua na educação alimentar e nutricional, no fortalecimento das organizações sociais e em ações emergenciais de apoio a populações em situação de vulnerabilidade.

Defendemos o fortalecimento de políticas de combate ao desperdício de alimentos, incentivos à economia circular, ampliação das cozinhas solidárias, integração entre abastecimento sustentável e desenvolvimento territorial, além da discussão sobre sistemas alimentares resilientes diante das mudanças climáticas. Todos esses temas são relevantes na perspectiva de uma ação integrada.

5.2 VALORIZAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO PRODUTIVA

A inclusão produtiva e a geração de renda permanecem como desafios centrais no cenário brasileiro, especialmente diante da informalidade, das desigualdades de gênero e das dificuldades de acesso ao trabalho digno em diversos territórios. Políticas públicas relacionadas à economia solidária, empreendedorismo comunitário, qualificação profissional e valorização dos saberes tradicionais vêm ganhando relevância como estratégias de fortalecimento da autonomia e redução das desigualdades.

Nesse contexto, as ações de Valorização Social do Sesc atuam na formação cidadã, no desenvolvimento de competências e na promoção da geração e complementação de renda, com destaque para iniciativas relacionadas ao artesanato, à economia

criativa, ao fortalecimento comunitário e à valorização cultural. O trabalho desenvolvido também contribui para o fortalecimento do comércio local e para a ampliação das oportunidades econômicas em territórios vulneráveis.

Defendemos o fortalecimento da economia criativa e solidária, das plataformas digitais de comercialização, do incentivo ao empreendedorismo feminino e comunitário, do desenvolvimento sustentável e da valorização dos saberes territoriais e tradicionais como necessidades latentes.

5.3 TRABALHO SOCIAL COM PESSOAS IDOSAS

O envelhecimento populacional brasileiro representa um dos principais desafios sociais das próximas décadas, exigindo políticas públicas voltadas à promoção da autonomia, convivência, saúde integral e participação social das pessoas idosas. O Estatuto da Pessoa Idosa, a Política Nacional da Pessoa Idosa e as diretrizes da Década do Envelhecimento Saudável da OMS vêm orientando o fortalecimento de estratégias de envelhecimento ativo e proteção social.

O Sesc possui trajetória histórica no desenvolvimento de ações voltadas às pessoas idosas, sendo referência nacional no campo do envelhecimento ativo e da convivência intergeracional. As ações promovem integração social, desenvolvimento humano, participação cidadã, atividades culturais, educativas e de bem-estar, contribuindo para a valorização da pessoa idosa como sujeito de direitos.

Defendemos que as agendas futuras tendam a ampliar debates relacionados à inclusão digital, ao combate ao isolamento social, às redes comunitárias de cuidado, às cidades amigáveis ao envelhecimento, à saúde mental e ao fortalecimento das relações intergeracionais.

6

Considerações finais

Diante dos desafios sociais e econômicos do Brasil, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas estruturantes, capazes de articular desenvolvimento humano, inovação, inclusão e redução das desigualdades. Nesse contexto, o Sesc reafirma sua disposição de contribuir, de forma colaborativa e estratégica, para a construção de soluções sustentáveis voltadas ao bem-estar da população brasileira.

Com presença nacional, atuação integrada e trajetória histórica reconhecida nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e assistência, o Sesc coloca sua experiência institucional a serviço de um projeto de país mais democrático, no qual o cuidado com as pessoas permaneça como eixo central.



**O Senac
e a transformação
social pelo trabalho**

Há oito décadas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) atua como uma das principais instituições de educação profissional do Brasil, qualificando pessoas, promovendo inclusão produtiva e contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico e social do país. Presente em todos os estados brasileiros, com ampla capilaridade territorial e forte conexão com o setor produtivo, o Senac é a referência nacional na formação profissional para os setores do comércio de bens, serviços e turismo.

Ao longo de sua trajetória, o Senac já qualificou milhões de brasileiros, contribuindo para geração de emprego, aumento da produtividade, inovação setorial e transformação de vidas por meio da educação. Seu modelo educacional articula formação técnica, desenvolvimento humano, inovação pedagógica e alinhamento permanente às necessidades do mundo do trabalho.

Em um contexto marcado pela transformação digital, pelas mudanças climáticas, pelas novas dinâmicas demográficas e pela rápida reconfiguração das ocupações, torna-se imprescindível consolidar a educação profissional e tecnológica como política pública estruturante e permanente de desenvolvimento nacional.

Em um país marcado por profundas desigualdades e por desafios persistentes de escolarização, inserção produtiva e desenvolvimento regional, a educação profissional e tecnológica deve ser tratada como política pública estruturante, permanente e articulada ao projeto nacional de desenvolvimento. O Brasil necessita de uma estratégia de Estado que compreenda a educação profissional como resposta emergencial ao desemprego e como instrumento de soberania, competitividade econômica, inclusão social e preparação para o futuro do trabalho.

O Senac apresenta aos candidatos à Presidência da República propostas voltadas ao fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país, com foco na ampliação do acesso, na qualidade da formação, na articulação com o setor produtivo e na promoção de oportunidades para a população brasileira. Com essas propostas, a instituição recomenda medidas de alcance nacional capazes de fortalecer a educação profissional como direito, instrumento de mobilidade social e vetor de competitividade econômica.

1

Educação profissional e tecnológica como política de Estado

O novo Plano Nacional de Educação estabelece metas estruturantes para a expansão e qualificação da educação profissional no Brasil. Destacam-se especialmente as metas relacionadas à ampliação da matrícula técnica integrada ao ensino médio, à melhoria da permanência e conclusão dos cursos e à criação de mecanismos nacionais de avaliação da EPT alinhados aos arranjos produtivos locais.

A consolidação dessas metas exige continuidade institucional, estabilidade regulatória, coordenação federativa e previsibilidade orçamentária. A educação profissional deve ser compreendida como política de Estado permanente, desvinculada de descontinuidades administrativas e ciclos eleitorais.

Defendemos a manutenção e o fortalecimento das metas voltadas à educação profissional no novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2026-2036, garantindo sua centralidade na agenda educacional do país. Para assegurar maior efetividade na implementação dessas diretrizes, é fundamental a explicitação dos planos decenais estaduais e municipais, com metas territorializadas e indicadores que permitam acompanhar o acesso, a permanência, a conclusão dos cursos e a inserção produtiva dos estudantes. Também se faz necessária a regulamentação célere dos instrumentos de governança, monitoramento e transparência previstos no PNE, assegurando a divulgação pública dos avanços alcançados por cada ente federativo e por públicos prioritários. É igualmente importante fortalecer a articulação entre União, estados, municípios e os Sistemas Nacionais de Aprendizagem, por meio da valorização de parcerias com instituições de reconhecida qualidade e ampla capilaridade, capazes de acelerar a expansão da oferta educacional com efetividade e aderência às necessidades locais. Por fim, destaca-se a necessidade de ampliar a oferta de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, estratégia essencial para o enfrentamento da evasão escolar e para a promoção da inclusão produtiva da juventude brasileira.

Diante do exposto, reforçamos que o novo PNE 2026-2036 seja implementado com prioridade política, segurança orçamentária e governança cooperativa, de modo que a educação profissional passe a integrar o centro da estratégia nacional de desenvolvimento educacional/social.

2

Manutenção e fortalecimento da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT)

A Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT), lançada em 2025 e conduzida pela Setec/MEC, foi estruturada para integrar e fortalecer a EPT em consonância com o Plano Nacional de Educação, articulando formação, qualificação, inovação, pesquisa e aderência às demandas sociais e do mundo do trabalho. A política também está associada ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept), criado para orientar a aferição de qualidade das instituições e cursos ofertados.

Sem a continuidade dessa política, a expansão da educação profissional corre o risco de ocorrer de forma fragmentada, desigual e desconectada das necessidades do desenvolvimento produtivo e social. A PNEPT oferece o marco necessário para integrar redes públicas, instituições parceiras, setores econômicos e territórios, fortalecendo trajetórias educacionais mais coerentes, flexíveis e orientadas por resultados.

Defendemos a manutenção da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) como uma política de Estado, assegurando sua continuidade normativa, financiamento previsível e uma governança interfederativa robusta, capaz de garantir estabilidade e efetividade às ações de formação profissional no país. Nesse sentido, é fundamental promover a implementação ampla e ágil do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept), com a utilização de seus indicadores para o monitoramento permanente da qualidade, dos resultados e da aderência das ofertas formativas às demandas sociais e econômicas. Defendemos também a institucionalização de câmaras setoriais permanentes, com participação do setor produtivo, dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem, das redes públicas de ensino e de especialistas, de modo a assegurar a atualização contínua dos perfis profissionais e currículos em ritmo compatível com as transformações do mundo do trabalho. Reforçamos, ainda, o reconhecimento do papel estratégico das instituições dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem como parceiras da política pública nacional de qualificação e formação profissional, em razão de sua experiência consolidada, ampla capilaridade e vínculo direto com os segmentos econômicos atendidos. Por fim, defendemos a criação de uma Câmara Permanente de Educação Profissional e Tecnológica no âmbito do Conselho Nacional de Educação, com representação do poder público, dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem, do setor produtivo, das redes de ensino e da comunidade acadêmica, para assegurar diálogo contínuo, atualização normativa e acompanhamento sistemático das políticas de formação profissional, fortalecendo a articulação entre educação, trabalho e desenvolvimento produtivo no país.

A continuidade da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica é condição indispensável para que o Brasil consiga enfrentar seus desafios estruturais de desenvolvimento econômico, produtividade, inclusão social e competitividade.

3

**Aprendizagem
profissional como
política prioritária
de inclusão produtiva
e de primeiro emprego
de jovens**

A aprendizagem profissional constitui uma das mais relevantes políticas públicas de inserção qualificada de adolescentes e jovens no mundo do trabalho. Além de contribuir para redução das desigualdades sociais, combate ao trabalho infantil e estímulo à permanência escolar, a aprendizagem fortalece a produtividade econômica e o desenvolvimento do capital humano brasileiro.

Em um cenário de profundas transformações tecnológicas e sociais, a aprendizagem precisa ser fortalecida, modernizada e ampliada, preservando seu caráter protetivo e formativo.

Defendemos o fortalecimento da Lei da Aprendizagem como uma política pública estratégica nacional para promover o ingresso de jovens no mercado de trabalho formal, ampliando oportunidades de qualificação e inclusão produtiva. Para potencializar seus resultados, é importante a criação de incentivos fiscais diferenciados para empresas que contratarem aprendizes, em linha com boas práticas internacionais que estimulam a formação profissional vinculada ao emprego. Defendemos também a modernização regulatória da Aprendizagem Profissional, com a revisão de sua aplicação a setores e ocupações que não demandam formação metódica, priorizando aqueles segmentos intensivos em qualificação e com maior potencial de geração de oportunidades para os jovens. Consideramos igualmente fundamental fortalecer a articulação entre governo, setor produtivo e instituições formadoras, de modo a ampliar a efetividade da política pública e assegurar maior alinhamento entre a formação ofertada e as demandas da economia, bem como ampliar a participação do setor produtivo nas discussões sobre seu aperfeiçoamento. Além disso, defendemos o fortalecimento da integração entre a Aprendizagem Profissional, o ensino médio técnico e os itinerários formativos que favoreçam a continuidade dos estudos e o acesso ao ensino superior. Por fim, é necessário ampliar a oferta de vagas de Aprendizagem Profissional em setores emergentes da economia digital e verde, preparando os jovens para as transformações tecnológicas, ambientais e produtivas que moldam o futuro do trabalho.

Propomos que a Aprendizagem Profissional seja compreendida não apenas como obrigação legal, mas como investimento estratégico no futuro do país. Fortalecê-la significa ampliar oportunidades para as juventudes, elevar a competitividade das empresas e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

4

Financiamento da expansão da EPT

O programa Juros por Educação representa oportunidade estratégica para indução de investimentos estruturantes na expansão da educação técnica e profissional no país, especialmente no âmbito do Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

A vinculação entre financiamento federativo e metas educacionais pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades regionais e o fortalecimento da infraestrutura educacional brasileira.

Defendemos o estímulo à implementação do Ensino Médio Técnico integrado nas redes estaduais de ensino por meio do programa, ampliando as oportunidades de formação alinhadas às demandas do mundo do trabalho e contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais. Para garantir a qualidade e a efetividade dessa expansão, é fundamental apoiar a aquisição de tecnologias educacionais, a ampliação da conectividade e a implantação de laboratórios especializados na rede pública, favorecendo a construção de parcerias com as instituições dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem, que possuem reconhecida expertise na oferta de educação profissional. Defendemos também o reconhecimento do papel estratégico dessas instituições como parceiras do programa nacional, em razão de sua experiência consolidada, ampla capilaridade e capacidade de contribuir para a expansão qualificada da educação profissional em todo o país.

5

Inovação, inteligência artificial e futuro do trabalho

As mudanças tecnológicas vêm transformando rapidamente as ocupações e exigindo novas competências profissionais. Segundo o Fórum Econômico Mundial, milhões de empregos serão transformados até 2030, exigindo forte investimento em requalificação profissional e atualização contínua de trabalhadores.

A educação profissional assume papel central na preparação da força de trabalho para a economia digital, sustentável e baseada em inovação.

Defendemos a criação de uma Política Nacional de Requalificação Profissional voltada aos desafios e oportunidades decorrentes das atuais transformações digitais, apoiada na experiência, na capilaridade e na expertise dos Serviços Nacionais de Aprendizagem na oferta de educação profissional. Nesse contexto, é fundamental fortalecer programas nacionais direcionados à formação em áreas estratégicas para a competitividade do país, como inteligência artificial, ciência de dados, cibersegurança, computação em nuvem e automação. Defendemos também a incorporação da educação digital e tecnológica como eixo transversal da formação profissional, assegurando que trabalhadores e estudantes desenvolvam competências compatíveis com as exigências de uma economia cada vez mais digitalizada. Além disso, é necessário ampliar o apoio à qualificação e requalificação de trabalhadores impactados pelos processos de automação e pela transição tecnológica, promovendo sua adaptação às novas demandas do mercado de trabalho e contribuindo para uma transição produtiva mais inclusiva e sustentável.

6

Atualização curricular e conexão com o setor produtivo

A velocidade das transformações econômicas exige modelos regulatórios mais ágeis para atualização da oferta formativa. O atual modelo de aprovação de cursos técnicos, via Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, muitas vezes não acompanha a dinâmica das novas ocupações e demandas produtivas.

Defendemos o fortalecimento do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, com mecanismos de atualização contínua e permanente que garantam maior aderência da oferta formativa às transformações tecnológicas, produtivas e às demandas do mercado de trabalho. Para ampliar a capacidade de resposta do sistema educacional às novas ocupações e competências emergentes, é igualmente necessário reduzir os prazos regulatórios para aprovação de novos cursos técnicos e técnico-experimentais. Defendemos ainda o financiamento de programas de certificação profissional, ampliando as oportunidades de reconhecimento de competências e de qualificação ao longo da vida. É essencial promover a adoção de itinerários formativos flexíveis e de certificações intermediárias, favorecendo trajetórias educacionais mais adaptáveis às necessidades dos estudantes e trabalhadores. Por fim, destacamos a importância da ampliação de modelos híbridos de ensino e de metodologias inovadoras de aprendizagem, a exemplo das práticas desenvolvidas pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem, contribuindo para expandir o acesso, elevar a qualidade da formação e fortalecer a conexão entre educação profissional e mundo do trabalho.

7

Formação e valorização dos docentes da educação profissional

A qualidade da educação profissional depende diretamente da valorização e formação contínua dos educadores. O novo cenário tecnológico exige docentes preparados para trabalhar metodologias ativas, inovação, inclusão, tecnologias digitais e desenvolvimento socioemocional.

Defendemos a criação de uma Política Nacional de Formação de Educadores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), capaz de estruturar de forma permanente o desenvolvimento de competências pedagógicas, técnicas e inovadoras necessárias à formação de trabalhadores em um contexto de rápidas transformações econômicas e tecnológicas. Nesse sentido, é fundamental ampliar os investimentos em programas de formação continuada aplicada, fortalecendo a atualização constante dos educadores em consonância com as demandas do mundo do trabalho. Também defendemos o fortalecimento de iniciativas voltadas à inclusão, à acessibilidade e à diversidade, assegurando ambientes educacionais mais equitativos e capazes de atender à pluralidade dos estudantes. Consideramos igualmente estratégico incentivar a formação docente em tecnologias digitais e inteligência artificial, preparando os profissionais da educação para integrar novas ferramentas e metodologias aos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, defendemos a valorização da experiência e da prática profissional como componentes essenciais da docência na EPT, reconhecendo sua contribuição para a aproximação entre educação e realidade produtiva. Por fim, destacamos a importância do fortalecimento de parcerias com os Sistemas Nacionais de Aprendizagem para a formação continuada de educadores, aproveitando sua reconhecida expertise, infraestrutura e capacidade de disseminação de boas práticas em todo o território nacional.

8

Alinhamento da educação profissional aos objetivos da Agenda Global da Educação 2030/2040 OCDE E ONU

As transformações econômicas, tecnológicas, ambientais e sociais em curso vêm redefinindo, em escala global, as competências necessárias para o mundo do trabalho. Organismos internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Unesco e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) têm reforçado a necessidade de que os países desenvolvam políticas estruturantes de educação e qualificação profissional voltadas para a preparação das novas gerações para os desafios da economia digital, verde e sustentável.

O projeto *O Futuro da Educação e das Competências 2030/2040*, desenvolvido pela OCDE, destaca que os sistemas educacionais devem evoluir para modelos capazes de promover não apenas conhecimentos técnicos, mas também competências transformadoras, como criatividade, pensamento crítico, colaboração, responsabilidade, resolução de problemas complexos e aprendizagem ao longo da vida.

A chamada Bússola de Aprendizagem da OCDE funciona como referência internacional para orientar políticas educacionais de apoio ao desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para atuar de forma ética, inovadora e adaptável em sociedades em constante transformação.

De forma complementar, a Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), estabelece como prioridade assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Entre as metas prioritárias, destacam-se a ampliação do acesso à educação técnica e profissional para populações vulneráveis, o fortalecimento da inclusão produtiva juvenil e o estímulo à participação de mulheres nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).

A educação profissional brasileira tem papel estratégico nesse cenário, devendo estar alinhada às transformações globais do trabalho, às novas demandas produtivas e aos compromissos internacionais assumidos pelo país em matéria de desenvolvimento sustentável, inovação e inclusão social.

A crescente integração das cadeias produtivas globais exige, ainda, alinhamento da educação profissional brasileira a padrões internacionais de qualificação, certificação e avaliação, fortalecendo a competitividade do país e ampliando oportunidades para trabalhadores e empresas brasileiras.

Defendemos a construção de uma Estratégia Nacional de Competências para o período de 2030 a 2040, alinhada às diretrizes e recomendações de organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de preparar o país para os desafios econômicos, sociais, tecnológicos e ambientais das próximas décadas. Assim, é fundamental fortalecer a educação profissional e tecnológica como eixo estruturante da Agenda Nacional de Desenvolvimento Sustentável, ampliando seu papel na promoção da produtividade, da inovação e da inclusão social. Defendemos também a ampliação do acesso à educação profissional para populações em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas com deficiência, jovens em vulnerabilidade social, mulheres e povos tradicionais, assegurando oportunidades mais equitativas de formação e inserção produtiva. Consideramos igualmente necessária a criação de mecanismos permanentes de monitoramento das tendências ocupacionais e das competências emergentes, permitindo maior alinhamento entre a oferta formativa e as transformações do mercado de trabalho. Além disso, é estratégico fortalecer a cooperação técnica internacional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ampliar a participação brasileira em redes globais de formação profissional e promover o reconhecimento internacional das certificações profissionais brasileiras, favorecendo a mobilidade de trabalhadores e a competitividade do país. Por fim, defendemos o fortalecimento da atuação do Brasil em organismos multilaterais dedicados à educação, ao trabalho e ao desenvolvimento de competências, ampliando sua capacidade de influência, intercâmbio de boas práticas e construção de soluções para os desafios globais da formação profissional.

O Brasil deve assumir a educação profissional como elemento central de sua estratégia de desenvolvimento econômico, inclusão social e inserção competitiva no cenário internacional, alinhando suas políticas públicas educacionais às grandes agendas globais para o futuro da educação e do trabalho.

9

Considerações finais

O fortalecimento da educação profissional e tecnológica é condição indispensável para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Investir em educação profissional significa ampliar oportunidades, reduzir desigualdades, elevar produtividade, fortalecer a competitividade econômica e preparar o país para os desafios do futuro.

O Senac reafirma seu compromisso histórico com a formação profissional de qualidade e coloca sua experiência institucional à disposição da construção de políticas públicas capazes de transformar a educação em instrumento efetivo de desenvolvimento nacional, inclusão social e prosperidade econômica.

A consolidação da educação profissional como política de Estado representa uma escolha estratégica para o futuro do Brasil.

